

1 Informações gerais

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS (a "Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA).

Companhia é controlada diretamente pela Cosan S.A. Indústria e Comércio, com a participação de 60,05%.

Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) (antiga Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE)).

O Contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado uma única vez por 20 anos mediante requerimento da concessionária.

ARSESP é responsável por garantir a execução do contrato e por regular, controlar e monitorar as operações de energia no Estado de São Paulo.

O contrato de concessão supracitado descreve as obrigações da COMGÁS, as regras para os procedimentos de revisão tarifária quinquenal e os indicadores de qualidade e de segurança para os quais a Companhia deve cumprir. A Portaria ARSESP nº 160/01 definiu condições gerais de fornecimento de gás canalizado.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela Companhia devam ser revisadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 22 de janeiro de 2014, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

2 Resumo das principais políticas contábeis

principais políticas contábeis aplicadas na preparação nestas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todas as informações apresentadas, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela CVM e nos Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e complementadas pelo Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela Portaria ARSESP no 22 de 19 de novembro de 1999.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.2 Apresentação das informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais,

responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria-executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados e divulgados em reais, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez diária, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado"; (b) empréstimos e recebíveis; (c) mantidos até o vencimento; e (d) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não possuía instrumentos classificados nas categorias: (i) mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado"; exceto pelos derivativos e empréstimos em moeda estrangeira conforme Nota 2.7; (ii) mantidos até o vencimento, e (iii) disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos e recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente ao valor justo e subsequentemente atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Os empréstimos e recebíveis vencíveis em até 12 meses após a data do balanço são classificados no circulante e os demais são classificados no não circulante.

Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo, quando aplicável. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a COMGÁS tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não são compensados, exceto pelos derivativos, cujo valor líquido é reportado no

balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia periodicamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.6 Valor justo

O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

2.7 Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos são registrados pelo valor justo e suas variações monetárias são reconhecidas no resultado do exercício.

As variações no valor justo de derivativos são registradas na demonstração do resultado. Os derivativos protegem a Companhia contra o risco de juros fixos e de variação cambial de empréstimos, passando-os para taxas flutuantes no mercado local (percentual do CDI). O ganho ou perda relacionado com os *swaps* é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas/receitas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos, atribuíveis ao risco de taxa de juros e/ou câmbio, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas/receitas financeiras".

2.8 Contas a receber

São reconhecidas pelos valores faturados, ajustados pelo valor presente, quando aplicável. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.9 Estoques

Os materiais diversos são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

Os materiais destinados a obras em andamento estão registrados como estoques.

2.10 Ativos não circulantes destinados à venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa.

Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

2.11 Intangível

(a) Contrato de concessão

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, conforme descrito na Nota 1, em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP, conforme divulgado na Nota 19.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Sujeito a avaliação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados nessa época.

(b) Contratos com clientes - fidelização

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados no período de vigência do contrato.

(c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 19.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 19.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, quando significativos são mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), ou pelo valor justo quando estiver protegido (*hedge*). Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado financeiro ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por um prazo maior que 12 meses após a data do balanço.

2.15 Passivos contingentes e obrigações legais

Passivos contingentes são provisionados quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e obrigações legais são registradas como exigíveis.

2.16 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que

devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.18 Obrigações com benefícios de aposentadoria

(a) Benefícios pós-emprego

A COMGÁS oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

- . Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na COMGÁS em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na COMGÁS.
- . Suplementação de aposentadoria, concedida através de um plano de contribuição definida, por meio de um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. O custo de proporcionar estes benefícios é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do participante. Os custos dos serviços correntes são refletidos no lucro operacional e os custos de financiamento são refletidos no financiamento dos custos no período em que ocorrem.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta diversas metas além do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.19 Arrendamentos

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos mercantis nos quais a COMGÁS assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro. Todos os outros tipos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional. O arrendamento mercantil financeiro é capitalizado no início do contrato pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada um dos pagamentos do arrendamento é alocado ao passivo e a encargos financeiros, sendo as correspondentes obrigações de arrendamento, líquidas dos encargos financeiros, incluídas no passivo financeiro. O elemento de juros do custo do financiamento é debitado à demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento de modo a gerar uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de cada período. O intangível adquirido nos arrendamentos financeiros é amortizado pelo prazo de vida útil do ativo. Os pagamentos efetuados no âmbito de arrendamentos operacionais são registrados na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.22 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela distribuição de gás no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada cliente.

(a) Receita por prestação de serviços - faturada

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida ao resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

(b) Receita por prestação de serviços - não faturada

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram, conforme descrito na Nota 10. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

(c) Receita de construção - ICPC 01

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - "Contratos de Construção", com base no andamento da construção do ativo. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos.

A Companhia não reconhece ganho na margem de construção de infraestrutura.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

À medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

3 Normas, alterações e interpretações de normas existentes

3.1 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas CPC/IFRS ou interpretações e orientações ICPC/OCP e IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3.2 Mudanças de práticas contábeis

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e tiveram impactos materiais para a Companhia:

CPC 26 (R1)/IAS 1 (R) - "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

CPC 33 (R2)/IAS 19 (R) - "Benefícios a Empregados". *Employee benefits*, cujas alterações eliminam o método do "corredor"; racionalizam as alterações entre o ativo e o passivo dos planos, reconhecendo no resultado do período o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano e no lucro abrangente as remensurações de ganhos e perdas, e retorno do ativo (excluindo o montante dos juros sobre retorno de ativos reconhecidos no resultado); e as mudanças no efeito do teto do plano.

A adoção da norma CPC33(R2)/IAS19 (R) foi efetuada de forma retrospectiva, desde o início do período comparativo apresentado nessas demonstrações financeiras, que é 1º de janeiro de 2012.

A Companhia está apresentando a seguir os efeitos no resultado do exercício, bem como os efeitos no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 respectivamente.

(i) Balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2012			1º de janeiro de 2012		
	Como anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	31 de dezembro de 2011	Adoção inicial	Balanço inicial
Ativo circulante	<u>1.110.789</u>		<u>1.110.789</u>	<u>758.982</u>		<u>758.982</u>
Ativo não circulante						
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	1.043.055	43.042	1.086.097	108.616	19.283	127.899
Outros	<u>190.104</u>		<u>190.104</u>	<u>135.581</u>		<u>135.582</u>
Total do ativo não circulante	1.233.159	43.042	1.276.201	244.197	19.283	263.481
Intangível	<u>3.624.159</u>		<u>3.624.159</u>	<u>3.304.491</u>		<u>3.304.491</u>
Total do ativo	<u>5.968.107</u>	<u>43.042</u>	<u>6.011.149</u>	<u>4.307.670</u>	<u>19.283</u>	<u>4.326.954</u>
Passivo Circulante	<u>1.904.069</u>		<u>1.904.069</u>	<u>1.289.842</u>		<u>1.289.842</u>
Passivo não circulante						
Obrigações com benefícios de aposentadoria	164.446	126.595	291.041	148.002	56.716	204.718
Outros	<u>1.642.319</u>		<u>1.642.319</u>	<u>1.623.390</u>		<u>1.623.390</u>
Total do Passivo não circulante	1.806.765	126.595	1.933.360	1.771.392	56.716	1.828.108
Patrimônio líquido						
Capital social	636.985		636.985	636.985		636.985
Reservas de capital	845.474		845.474	1.292		1.292
Ajustes de avaliação patrimonial	10.657	(87.377)	(76.720)	11.530	(37.432)	(25.902)
Reservas de lucros	<u>764.157</u>	<u>3.824</u>	<u>767.981</u>	<u>596.629</u>		<u>596.629</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.257.273</u>	<u>(83.553)</u>	<u>2.173.720</u>	<u>1.246.436</u>	<u>(37.432)</u>	<u>1.209.004</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>5.968.107</u>	<u>43.042</u>	<u>6.011.149</u>	<u>4.307.670</u>	<u>19.284</u>	<u>4.326.954</u>

(ii) Demonstração de resultado

	31 de dezembro de 2012		
	Como anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita Líquida de vendas	5.279.523		5.279.523
Custo do Gás	(3.881.871)		(3.881.871)
Lucro Bruto	1.397.652		1.397.652
Despesas com vendas	(126.491)		(126.491)
Despesas gerais e administrativas	(589.959)	5.793	(584.166)
Outras despesas operacionais	(9.450)		(9.450)
Lucro Operacional	671.752	5.793	677.545
Despesas financeiras líquidas	(163.650)		(163.650)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	508.102	5.793	513.895
Imposto de renda e contribuição social	(141.447)	(1.970)	(143.417)
Lucro líquido do exercício	366.655	3.823	370.478

(iii) Demonstração do resultado abrangente

	31 de dezembro de 2012		
	Como anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro Líquido do período	366.655	3.823	370.478
Reserva de reavaliação		1.599	1.599
Tributos s/ reserva de reavaliação		(726)	(726)
Ganho/Perda atuarial com benefícios de aposentadoria		(75.674)	(75.674)
Tributos s/ ganho e perda atuarial com benefícios de aposentadoria		25.729	25.729
Outros resultados abrangentes	366.655	(45.249)	321.406

(iv) Demonstração do fluxo de caixa

	31 de dezembro de 2012		
	Como anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	508.102	5.793	513.895
Benefício pós-emprego CVM nº 695	16.444	(5.793)	10.651
Outros	<u>(36.462)</u>		<u>(36.462)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	488.084		488.084
Caixa líquido das atividades de investimentos	(616.156)		(616.156)
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>256.687</u>		<u>256.687</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>128.615</u>		<u>128.615</u>

(v) Demonstração do valor adicionado

	31 de dezembro de 2012		
	Como anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receitas	<u>6.526.889</u>		<u>6.526.889</u>
Materiais, serviços e outras despesas	(157.804)	4.378	(153.426)
Outros	<u>(4.755.894)</u>		<u>(4.755.894)</u>
Custos e despesas	<u>(4.913.698)</u>	<u>4.378</u>	<u>(4.909.320)</u>
Valor adicional bruto	<u>1.613.191</u>	<u>4.378</u>	<u>1.617.569</u>
Retenções	<u>(290.008)</u>	<u>(555)</u>	<u>(290.563)</u>
Valor adicionado líquido gerado	<u>1.323.183</u>	<u>3.823</u>	<u>1.327.006</u>
Valor adicionado recebido em transferência	<u>45.884</u>		<u>45.884</u>
Valor adicionado a distribuir	<u>1.369.067</u>	<u>3.823</u>	<u>1.372.890</u>

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) *Impairment* do contas a receber

A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todas as quantias devidas de acordo com os termos do crédito original.

A Companhia faz uma análise individual dos devedores significativos e os outros numa base conjunta, e se houver qualquer evidência de que a Companhia não receberá o valor em aberto, a perda estimada é registrada.

(b) Provisões

As provisões são reconhecidas no exercício em que se torne provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações.

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros que são negociados em mercados ativo. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda, para os quais não há negociações em mercados ativos.

(d) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia em conjunto com seus atuários externos, determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 27.

(e) Receita não faturada

Conforme mencionamos na Nota 2.22 - "Reconhecimento da receita" - letra (b) - a receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram.

5 Gestão de risco financeiro

(a) Principais riscos associados à estratégia financeira da Companhia

Política para gerenciamento de riscos e utilização de derivativos

A Companhia mantém uma Política de Tesouraria, aprovada em Conselho de Administração, com revisões periódicas, que determina a padronização e o objetivo para o qual as operações financeiras deverão seguir dentro da Companhia. Além disso, esta política determina a metodologia de avaliação de risco de crédito da contraparte (operações de câmbio, derivativos, aplicações financeiras e garantias) e estipulam quais são os instrumentos financeiros permitidos.

A administração dos riscos associados das operações financeiras é feita por meio da aplicação da Política de Tesouraria e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Este conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto todas as operações financeiras realizadas devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação.

Com o objetivo de promover a melhor gestão do caixa da Companhia, a administração segue a política interna de manutenção de linhas destinadas ao gerenciamento do capital de giro e destinadas a investimentos em linha com as projeções de fluxos de caixas futuros, cujas estimativas não possuem diferenças relevantes em relação ao caixa realizado, em virtude da estabilidade do negócio da Companhia.

Como parte de suas operações, a Companhia está exposta aos riscos decorrentes de flutuações nas taxas de juros e de câmbio. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, a fim de controlar a exposição deste tipo, em conformidade com as políticas de tesouraria. A Companhia celebra contratos de câmbio futuro e de *swaps* de moedas para reduzir o risco cambial de determinados fluxos de caixa em moeda estrangeira, e para gerenciar a composição da moeda estrangeira de seus ativos e passivos. Alguns contratos combinam simultaneamente em moeda estrangeira e operações de *swap* de taxas de juros.

Quando houver liquidez suficiente no mercado financeiro, a Companhia buscará contratar as operações de derivativos com valores e prazos exatamente iguais aos fluxos de caixa das exposições em negociação.

Analisando sempre a melhor alternativa e respeitando a política de gerenciamento de risco, acima mencionada, com relação ao percentual mínimo de *hedge* a ser contratado, de 75% do valor nocional, para valores acima de US\$ 500 mil.

A Companhia calcula o valor justo da taxa de juros e a variação da taxa de câmbio usando valorização de mercado, quando disponíveis, ou, se não estiver disponível, descontando todos os fluxos de caixa futuros pela curva de juros de mercado na data do balanço.

(b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de dividendos pagos.

A Companhia monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira, que envolvem a geração de caixa (LAJIDA), endividamento de curto prazo e endividamento total. Estes índices (*covenants*) são utilizados por instituições financeiras em contratos de empréstimos. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o resultado destes *covenants* estava dentro dos parâmetros estabelecidos nos acordos contratuais.

Um dos índices de alavancagem financeira utilizado pela administração está demonstrado abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Dívida líquida	2.095.898	2.190.700
LAJIDA (*)	<u>1.403.249</u>	<u>967.555</u>
(=) Dívida líquida/LAJIDA	<u>1,49</u>	<u>2,26</u>
(*) LAJIDA - últimos doze meses		

(c) Riscos associados

(i) Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros em função das suas posições ativas e passivas. Este risco pode ser coberto por meio da utilização de *swaps* de taxas de juros, no qual a Companhia pode trocar posições prefixadas para pós-fixadas em reais (percentual do CDI ou outra taxa flutuante em reais).

(ii) Risco cambial

A Companhia atua no mercado de crédito bancário, captando recursos em moeda nacional e estrangeira para financiar seus investimentos e capital de giro, ficando exposta a riscos decorrentes das variações das taxas de câmbio e juros das moedas estrangeiras.

O risco decorrente desta possibilidade é a perda e restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando possivelmente os saldos de passivo denominados nestas moedas. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de hedge, que permite à Companhia trocar os riscos de variação destas moedas, geralmente atrelados as variações do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), utilizando instrumentos de forwards ou swaps cambiais.

Para se proteger da exposição cambial e das taxas de juros dos contratos de financiamento em moeda estrangeira, a Política de Tesouraria determina a cobertura cambial do principal e dos juros até o vencimento final da operação de empréstimo, para pelo menos 75% do valor total bruto (valor nominal).

Quando não houver *swap* cambial disponível no mercado financeiro para cobrir o prazo total da operação, este deve ser feito pelo maior prazo possível.

A Política de Tesouraria proíbe a utilização de instrumentos derivativos para fins especulativos, sendo permitidos somente para proteção de riscos previamente identificados (operações de proteção - *hedge* - sendo somente *swaps* e *forwards* os instrumentos autorizados).

As operações com fornecedores de gás podem ser vinculadas em moeda estrangeira. O risco decorrente reflete na variação do contas a pagar e no custo de gás. A exposição às variações da moeda estrangeira é absorvida pelo ativo (passivo) regulatório, os quais são repassados aos clientes periodicamente nas revisões tarifárias.

(iii) Risco de crédito

Não existe concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas. Este risco é representado por contas a receber de consumidores da COMGÁS em todos os segmentos, que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia dispunha dos seguintes principais instrumentos financeiros:

- . Caixa e equivalentes de caixa - conforme Nota 9.
- . Contas a receber - clientes - conforme Nota 10.

- . Empréstimos e financiamentos - conforme Nota 20.
- . Instrumentos financeiros derivativos - conforme Nota 21.

A Companhia não possui exposição a risco relativo a transferências de ativos financeiros no final dos exercícios apresentados.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira.

A Companhia está exposta ao risco de liquidez, incluindo os riscos associados com o refinanciamento de empréstimos e financiamentos à medida que suas respectivas datas de vencimentos se aproximam, com o risco que as linhas de crédito não estejam disponíveis para atender as necessidades de caixa e compromissos futuros da Companhia além do risco de que os ativos financeiros não possam ser facilmente convertidos em recursos sem que haja perda de valor.

Para a mitigação desse risco a Companhia adota duas diretrizes gerais:

A Companhia tem como política a manutenção da taxa de juros para seus credores em taxas flutuantes em moeda local. Caso esses empréstimos e financiamentos sejam captados a taxas diferentes dessas, a Companhia poderá utilizar instrumentos derivativos.

A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo em instituições de primeira linha com liquidez diária.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente nas demonstrações financeiras até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

2013					
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Empréstimos	437.311	513.022	1.603.968	829.893	3.384.194
Fornecedores e outras contas a pagar	714.486				714.486
	1.151.797	513.022	1.603.968	829.893	4.098.680
2012					
(Reapresentado)					
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Empréstimos	1.007.950	366.743	937.912	496.188	2.808.793
Fornecedores e outras contas a pagar	689.563				689.563
	1.697.513	366.743	937.912	496.188	3.498.356

2013					
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros derivativos					
Derivativos usados para <i>hedge</i>					
Saídas (COMGÁS)	(93.727)	(412.758)	(600.941)	(102.861)	(1.209.837)
Entradas (COMGÁS)	40.773	361.968	744.150	170.552	1.317.443
2012					
(Reapresentado)					
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros derivativos					
Derivativos usados para <i>hedge</i>					
Saídas (COMGÁS)	(300.458)	(57.838)	(492.738)	(284.146)	(1.135.180)
Entradas (COMGÁS)	289.115	27.691	422.258	314.595	1.053.659

(d) Swaps dos financiamentos em moeda estrangeira

Conforme especificado no item "Instrumentos financeiros derivativos" - Nota 21, os *swaps* cambiais contratados transformam na prática, o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado ao CDI - eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos *swaps* são idênticos ao financiamento a ele vinculado. Os *swaps* são realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação.

São considerados *swap* sem caixa. Os detalhes da operação estão explícitos na tabela abaixo.

A COMGÁS os carregará até o vencimento e sua contabilização é feita no grupo de financiamentos de curto e de longo prazo.

Os critérios de determinação, métodos e premissas aplicadas na apuração dos valores justos são referentes ao preço negociado no mercado ativo, e estão de acordo com a sistemática estabelecida em contratos firmados entre as partes.

Seguem os valores dos instrumentos financeiros derivativos resumidos a seguir:

Descrição	Contraparte	Moeda	Valor	Percentual		Vencimento final
				Ativo	Passivo	
EIB II - primeira liberação	Bancos diversos	USD	84.381.326	VC + 3,881 a.a.	94,34 CDI	Junho de 2020
EIB II - segunda liberação	Bancos diversos	USD	39.922.159	VC + 2,936 a.a.	95,20 CDI	Setembro de 2020
EIB II - terceira liberação	Bancos diversos	USD	71.400.000	VC + LIBOR 6M + 0,483	88,47 CDI	Mai de 2021
EIB II - quarta liberação	Bancos diversos	USD	72.435.000	VC + LIBOR 6M + 0,549	81,11 CDI	Setembro de 2021
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	SCOTIABANK	USD	75.000.000	VC + 3,7975 a.a.	113,75 CDI	Julho de 2017
TOKYO - Resolução nº 4.131	TOKYO	USD	50.000.000	VC + 2,5257 a.a.	100,00 CDI + 0,6 a.a.	Fevereiro de 2018
BOFA - Resolução nº 4.131	BOFA	USD	50.000.000	VC + LIBOR 3M + 1,10 a.a.	100,00 CDI + 0,4 a.a.	Agosto de 2015

Não existem diferenças relevantes entre o valor de mercado e o valor justo desses instrumentos.

(e) **Análise de sensibilidade**

A COMGÁS, conforme determinado na Instrução da CVM nº 475, desenvolveu uma análise de sensibilidade identificando os principais fatores de riscos que podem gerar variações nos seus instrumentos financeiros: empréstimos, financiamentos e derivativos.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos a eventos futuros. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos aqui estimados, devido a subjetividade inerente ao processo de preparação destas análises.

Essas variações podem gerar impactos nos resultados e/ou fluxos de caixa futuros da COMGÁS conforme a seguir:

- Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis (CDI) foram mantidos com base nas curvas na apuração de 31 de dezembro de 2013.
- Os efeitos aqui demonstrados referem-se às variações no resultado para os próximos 12 meses.
- Cenário I (provável) - manutenção nos níveis de juros e câmbio conforme níveis observados em 31 de dezembro de 2013.
- Cenário II (50 %) - redução em 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2013.
- Cenário III (25%) - redução em 25% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2013.
- Cenário IV 25% - aumento em 25% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2013.
- Cenário VI 50% - aumento em 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2013.

Descrição	Risco	Redução da taxa			Aumento da taxa	
		Cenário I (provável)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+25%)	Cenário V (+50%)
Conta-corrente regulatória (*)	Variação da SELIC	35.503	17.751	8.876	(8.876)	(17.751)
Dívida em moeda estrangeira						
Dívida	Variação do USD	(446.408)	(223.204)	(111.602)	111.602	223.204
Derivativo (ponta ativa)	Variação do USD	446.408	223.204	111.602	(111.602)	(223.204)
Efeito líquido			-	-	-	-
Derivativo (ponta passiva)	Variação do CDI	(48.282)	(24.141)	(12.070)	12.070	24.141
Dívida em moeda nacional						
Dívida CDI	Variação do CDI	(16.002)	(8.001)	(4.001)	4.001	8.001
Dívida TJLP	Variação da TJLP	(89.749)	(44.875)	(22.437)	22.437	44.875
Dívida IPCA	Variação da IPCA	(20.426)	(10.213)	(5.106)	5.106	10.213
Total das variações no resultado para os próximos 12 meses:						
Considerando conta-corrente regulatória		(138.956)	(69.479)	(34.738)	70.242	140.483
Não considerando conta-corrente regulatória		(174.459)	(87.230)	(43.165)	43.615	87.230
Premissas						
SELIC (conta-corrente regulatória)		9,4	4,7	7,05	11,75	14,10
SELIC		9,4	4,7	7,05	11,75	14,10
USD		2,34	1,17	1,76	2,93	3,51
CDI		9,77	4,88	7,33	12,21	14,65
TJLP		5,00	2,5	3,75	6,25	7,5

(*) Efeitos da conta-corrente regulatória descritos na Nota 6.

(f) Estimativa do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros que são negociados num mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza uma variedade de métodos e faz suposições que são baseadas em métodos e condições amplamente utilizadas pelo mercado na data de cada balanço.

A Companhia segue o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo:

				2013
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		257.814		257.814
Total do ativo		257.814		257.814
Passivos				
Empréstimos e financiamentos		(1.046.702)		(1.046.702)
Instrumentos financeiros derivativos		(48.282)		(48.282)
Total do passivo		(1.094.984)		(1.094.984)
				2012
				(Reapresentado)
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		160.443		160.443
Total do ativo		160.443		160.443
Passivos				
Empréstimos e financiamentos		(1.022.662)		(1.022.662)
Total do passivo		(1.022.662)		(1.022.662)

6 Ativo (passivo) regulatório

	2013	2012 (Reapresentado)
Custo de gás a recuperar/(repassar)	345.349	377.884
Créditos de tributos a recuperar/(repassar)	2.517	3.144
Ajuste a valor presente sobre tributos	(137)	(134)
	<u>347.729</u>	<u>380.894</u>
Saldo inicial	380.894	150.366
Saldo final	<u>347.729</u>	<u>380.894</u>
Receita não reconhecida no resultado antes do IR/CS	<u>(33.165)</u>	<u>230.528</u>
Ativo (passivo) regulatório	(59.173)	216.397
Atualização	34.376	22.397
Outros	(8.368)	(8.266)

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluídos nas tarifas cobradas aos clientes e o custo real de gás incorrido, são apurados em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta-corrente regulatória).

Periodicamente, encargos ou créditos nas tarifas são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador e para fins de imposto de renda. No entanto, essa conta é excluída das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma vez que o respectivo saldo não é registrado como um ativo ou um passivo, pois a sua realização ou liquidação depende de novas aquisições por parte dos consumidores da Companhia. Portanto, os saldos apresentados acima não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras aqui apresentadas.

7 Instrumentos financeiros por categoria

	2013		
	Empréstimos e recebíveis	Derivativos usados para hedge	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Depósitos judiciais	26.671		26.671
Instrumentos financeiros derivativos		257.814	257.814
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	712.671		712.671
Caixa e equivalentes de caixa/aplicações financeiras	<u>535.957</u>		<u>535.957</u>
	<u>1.275.299</u>	<u>257.814</u>	<u>1.533.113</u>

			2012 (Reapresentado)	
	Empréstimos e recebíveis	Derivativos usados para hedge	Total	
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Depósitos judiciais	21.932		21.932	
Instrumentos financeiros derivativos		160.443	160.443	
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	705.766		705.766	
Caixa e equivalentes de caixa/aplicações financeiras	169.725		169.725	
	897.423	160.443	1.057.866	
2013				
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos Financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos	1.046.702	48.282	1.213.313	2.308.297
Debêntures			581.372	581.372
	1.046.702	48.282	1.794.685	2.889.669
2012 (Reapresentado)				
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos Financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos	1.022.662		1.429.247	2.451.909
Debêntures			68.959	68.959
	1.022.662		1.498.206	2.520.868

8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros (não auditado)

- (a) Em 31 de dezembro de 2013 a COMGÁS possui uma carteira de aproximadamente 1.333 mil clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum dos seus clientes, diluindo assim o risco de inadimplência.

- (b) Caixa e equivalentes de caixa de acordo com a qualidade creditícia das contrapartes.

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)		
AAA	330.484	132.754
AA	205.473	36.971
A		
	<u>535.957</u>	<u>169.725</u>

(*) Escala amplamente aceita e conhecida pelo mercado financeiro com metodologia divulgada pelas agências internacionais de classificação de risco.

9 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalente de caixa está substancialmente representado por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e aplicações em títulos privados, sendo que esses instrumentos possuem liquidez imediata conferida pela instituição financeira que os emitiu.

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Recursos em banco e em caixa	45.281	22.350
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	<u>490.676</u>	<u>147.375</u>
	<u>535.957</u>	<u>169.725</u>

10 Contas a receber de clientes - circulante

- (a) A composição das contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Contas de gás a receber	302.721	317.668
Contas de gás parceladas	12.277	13.433
Devedores por venda de equipamentos	24.921	23.958
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 23)	1.708	1.934
Ajuste a valor presente	(1.835)	(1.482)
Receita não faturada	332.454	311.344
Impairment de contas a receber	<u>(96.683)</u>	<u>(106.146)</u>
	<u>575.563</u>	<u>560.709</u>

As contas de gás parceladas referem-se a parcelamento de valores a receber de clientes em atraso. Os casos vencidos que apresentam riscos de realização estão devidamente provisionados.

A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás do mês, cuja medição e faturamento aos clientes ainda não foram efetuados.

As perdas registradas nos exercícios de 2013 e 2012 estão abaixo demonstradas:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
1º de janeiro	(106.146)	(76.382)
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(24.592)	(29.764)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	<u>34.054</u>	<u> </u>
31 de dezembro	<u>(96.684)</u>	<u>(106.146)</u>

As contas a receber de clientes estão reconhecidas pelo valor justo e devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras.

(b) Sumário do contas a receber de gás e partes relacionadas de clientes por vencimento

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Valores a vencer	150.950	132.778
Vencidos		
Até 30 dias	40.968	50.340
Acima de 30 dias	<u>112.511</u>	<u>136.484</u>
	<u>304.429</u>	<u>319.602</u>

Em 31 de dezembro de 2013, do valor das contas a receber acima de 30 dias, R\$ 96.683, encontram-se *impaired* (31 de dezembro de 2012, R\$ 106.146).

11 Outras contas a receber

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
<i>Take or pay</i> - clientes	1.874	2.499
Financiamento programa de <i>marketing</i>	6.685	5.623
Contas a receber de clientes por expansão da rede	1.170	1.170
Outras	<u>2.030</u>	<u>3.534</u>
	<u>11.759</u>	<u>12.826</u>

O valor de "*Take or pay* - clientes" refere-se à diferença entre o consumo real e os volumes mínimos obrigatórios contratados.

As outras contas a receber estão reconhecidas pelo valor justo e devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras.

12 Estoques

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Estoque de materiais para construção	82.361	72.799
Produto acabado	1.735	1.515
Materiais diversos	<u>37.157</u>	<u>29.086</u>
	<u>121.253</u>	<u>103.400</u>

13 Transporte pago e não utilizado

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Transporte (<i>ship or pay</i>) PETROBRAS	<u>133.823</u>	<u>119.902</u>
	<u>133.823</u>	<u>119.902</u>

A recuperação dos saldos referente ao "Transporte pago e não utilizado", dar-se-á automaticamente, sem ônus para a COMGÁS, na medida em que se utilize o transporte acima do percentual estipulado nos contratos, conforme divulgado na Nota 22.

14 Outros

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Adiantamentos a fornecedores	7.953	21.649
Adiantamentos a empregados	8.904	9.050
Despesas antecipadas	5.821	1.671
Desativações em curso	4.719	
Outros	<u>(3)</u>	<u>165</u>
	<u>27.394</u>	<u>32.535</u>

15 Impostos indiretos a compensar/recuperar

A composição dos impostos a compensar é a seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) - a recuperar	46.429	43.571
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) - sobre ativos	15.201	10.979
Contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) - antecipado	29.020	4.005
Instituto Nacional de Seguro Social - INSS a recuperar	1.971	15
Ajuste a valor presente (AVP)	(829)	(470)
Outros	<u>352</u>	<u>205</u>
	<u>92.144</u>	<u>58.305</u>

16 Ativos destinados à venda

Em 17 de maio de 2013, a Companhia efetivou a venda do terreno e edificações na região da Mooca, classificados como ativo intangível - direitos sob o contrato de concessão, pelo montante total de R\$ 81.647 e com valor residual mais gastos de desmobilização/alienação de R\$ 15.347.

17 Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços (ICMS) a recuperar - não circulante

Corresponde à parcela de ICMS a recuperar sobre a compra de ativos no montante de R\$ 18.366 (R\$ 14.999 em 31 de dezembro de 2012), ajustados a valor presente, e refere-se aos créditos oriundos da compra de ativos, os quais poderão ser utilizados para reduzir o ICMS a pagar em parcelas mensais ao longo de 48 meses.

18 Contas a receber - não circulante

A composição dos valores a receber no realizável a longo prazo está abaixo demonstrada:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Cauções	13.749	12.767
Recobráveis por interferências na rede	3.853	4.387
Devedores por venda de equipamentos	8.166	7.222
Financiamento programa <i>marketing</i>	3.686	2.202
Ajuste a valor presente	<u>(789)</u>	<u>(493)</u>
	<u>28.665</u>	<u>26.085</u>

O valor de cauções refere-se a valores cobrados pelos órgãos públicos pelo prazo de execução de obras da Companhia, e resgatáveis quando da conclusão dessas. O saldo de recobráveis por interferências na rede refere-se a valores a serem reembolsados por terceiros em virtude de danos causados na rede de distribuição de gás.

19 Intangível

	Movimentação				
	2012 (Reapresentado)	Adições	Transferências	Baixas	2013
Intangível em serviços					
Contrato de concessão	4.150.441		753.931	(27.835)	4.876.537
Amortização acumulada (ii)	(1.236.836)	(164.203)	(2.590)	18.235	(1.385.394)
	2.913.605	(164.203)	751.341	(9.600)	3.491.143
Fidelização do cliente	748.550		145.644	(2.672)	891.522
Amortização acumulada (i)	(420.996)	(130.448)	2.623	1.203	(547.618)
	327.554	(130.448)	148.267	(1.469)	343.904
Software e outros	248.240		14.186		262.426
Amortização acumulada (i)	(162.884)	(37.292)			(200.176)
	85.356	(37.292)	14.186		62.250
Total do intangível em serviços	3.326.515	(331.943)	913.794	(11.069)	3.897.297
Intangível em andamento	297.644	852.259	(913.794)	(743)	235.366
Total do intangível	3.624.159	520.316		(11.812)	4.132.663

(i) Taxa média ponderada de 20% a.a.

(ii) Taxa média ponderada apresentada no quadro a seguir.

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, em 1º de janeiro de 2009, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" os ativos imobilizados relacionados ao Contrato de Concessão, divulgado na Nota 2.11 (item A), sendo que esses ativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são compostos como segue:

Valores contábeis líquidos	Taxa média ponderada a.a. - %	Movimentação				
		2012 (Reapresentado)	Adições/transferências			
				Amortização	Baixa	2013
Terrenos		23.308	3.160			26.468
Tubulações	3,4	2.383.498	646.918	(118.497)	(496)	2.911.423
Edificações e benfeitorias	2,7	55.635	14.373	(3.850)	(607)	65.551
Máquinas e equipamentos	5,4	415.558	66.768	(27.193)	(7.267)	447.866
Equipamentos de transporte	20	7.578	6.675	(3.722)	(96)	10.435
Equipamentos e móveis administrativos	10	28.028	13.447	(10.941)	(1.134)	29.399
		2.913.605	751.341	(164.203)	(9.600)	3.491.143

Os valores reconhecidos no "Intangível" e acima demonstrados representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização.

A amortização, calculada com base na vida útil estimada para os ativos construídos em conformidade com o contrato de concessão e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, totalizou a quantia de R\$ 164.203 e foi devidamente apropriada ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o saldo da reavaliação totalizam R\$ 4.581 (quadro imposto de renda e contribuição social diferidos) em 31 de dezembro de 2013 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 5.259). O valor líquido referente à realização da reserva de reavaliação não é considerado na base de cálculo para distribuição de dividendos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 25.283 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 22.646) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou a análise dos indicativos de *impairment* estabelecidos pelo CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", e não identificou indícios de perda em seu ativo intangível.

20 Empréstimos e financiamentos

	2013		2012 (Reapresentado)	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Empréstimos e financiamentos	294.269	1.964.678	923.094	1.526.479
Debêntures não conversíveis	41.046	540.326	35.619	33.340
Obrigações por arrendamentos financeiros	1.068		1.268	1.068
	<u>336.383</u>	<u>2.505.004</u>	<u>959.981</u>	<u>1.560.887</u>

(a) Empréstimos e financiamentos

		2013		2012 (Reapresentado)	
	<u>Encargos - %</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Em moeda nacional					
BNDES (Projeto III)	TJLP + 4,0 a.a.			9.604	
BNDES (Projeto IV) - direto	TJLP + 3,2 a.a.	37.914		38.036	37.791
BNDES (Projeto IV) - direto c/fiança	TJLP + 2,8 a.a.	91.510		91.794	91.184
BNDES (Projeto III) - Bco. Votorantim	TJLP + 4,7 a.a.			3.931	
BNDES (Projeto III) - Bco. Bradesco	TJLP + 4,7 a.a.			3.931	
BNDES (Projeto V)	TJLP + 2,8 a.a.	114.859	283.085	115.102	396.319
BNDES (Projeto VI)	TJ462 + 1,8 a.a.	8.813	516.823	553	61.432
BNDES (Projeto VI)	Selic + 1,8 a.a.	576	161.492	3.362	239.270
BNDES (PEC)	TJLP + 5,5 a.a.				
BRADESCO - Nota promissória	105,20 CDI			159.846	
SANTANDER Cessão de crédito	CDI + 1,3754 a.a.			59.724	
SANTANDER - KG	106,00 do CDI			40.011	
SANTANDER - KG	106,00 do CDI			75.021	
Custo de transação		(642)	(2.185)		
		<u>253.030</u>	<u>959.215</u>	<u>600.915</u>	<u>825.996</u>
Em moeda estrangeira (*)					
EIB II - primeira liberação - USD	3,881 a.a.	22.863	182.653	6.727	178.070
EIB II - segunda liberação - USD	2,936 a.a.	2.735	91.372	2.453	81.995
EIB II - terceira liberação - USD	LIBOR 6M	2.070	159.890	1.787	138.723
EIB II - quarta liberação - USD	LIBOR 6M	1.979	162.763	2.255	141.441
HSBC - USD	4,06 a.a.			41.204	
Itaú - USD	3,35 a.a.			64.806	
CHARTERED - USD	2,74 a.a.			93.535	
HSBC (Sumitomo) - Resolução nº 4.131	LIBOR 6M + 2,00 a.a.			103.516	
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	3,7975 a.a.	6.724	179.507	5.896	160.254
TOKYO - Resolução nº 4.131	2,5257 a.a.	3.257	114.458		
BOFA - Resolução nº 4.131	LIBOR 3M + 1,10 a.a.	<u>1.611</u>	<u>114.820</u>		
		<u>41.239</u>	<u>1.005.463</u>	<u>322.179</u>	<u>700.483</u>
		<u>294.269</u>	<u>1.964.678</u>	<u>923.094</u>	<u>1.526.479</u>

(*) Conforme divulgado na Nota 5, para todos os empréstimos em moeda estrangeira são contratados instrumentos financeiros derivativos visando proteger a Companhia de eventuais oscilações na taxa de câmbio.

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2013
2015	374.545
2016	360.577
2017	460.944
2018	334.547
2019 em diante	434.065
	1.964.678

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais, circulantes e não circulantes, se aproximam aos seus valores contábeis, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. O percentual de nossa dívida é 80,8% pós-fixada e 19,2% prefixada (2012 - 64,7% pós-fixada e 35,3% prefixada)

A Companhia reconheceu o custo de transação referente aos empréstimos do BNDES no montante de R\$ 3.372, já amortizado R\$ 545 no ano de 2013.

Durante o exercício não houve descumprimentos ou violações dos acordos contratuais junto aos credores.

As taxas originais, antes das operações de *swap*, dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são as seguintes:

Descrição	Encargos - % a.a.
Bank EIB (II) primeira liberação	3,881
Bank EIB (II) segunda liberação	2,936
Bank EIB (II) terceira liberação	LIBOR 6M
Bank EIB (II) quarta liberação	LIBOR 6M
HSBC (Sumitomo) - Resolução nº 4.131	LIBOR 6M+2,00
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	3,7975
TOKYO - Resolução nº 4.131	2,5257
BOFA - Resolução nº 4.131	LIBOR 3M+1,10

Os financiamentos do BNDES têm amortizações de principal e pagamento de juros mensais, exceto os que estão em período de carência. Para estes financiamentos, as garantias oferecidas são:

- . Projeto IV - operação direta com o BNDES: recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Itaú; operação direta com o BNDES: fiança bancária dos Bancos Itaú, Votorantim, Bradesco e Santander, na proporção de 25% cada banco.
- . Projeto V - operação direta com o BNDES: fiança bancária do Banco Itaú BBA com 100% do financiamento.
- . Projeto VI - operação direta com o BNDES: fiança bancária dos bancos Bradesco (67,83%), Itaú (14,56%) e Safra (17,61%).

Durante o exercício de 2013 foram realizados outros desembolsos do Projeto VI junto ao BNDES nos valores de R\$ 81 milhões, R\$ 97 milhões, R\$ 150 milhões e de R\$ 41 milhões, totalizando R\$ 669 milhões já desembolsados do valor total contratado de R\$ 1.135 milhões.

(b) Debêntures não conversíveis

Data de emissão	Série	Quantidade	Remuneração - %	2013		2012	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante
						(Reapresentado)	
05/08/2008	Única	1	CDI + 1,5 a.a.	34.767		35.619	33.340
08/10/2013	1º	1	CDI + 0,9%	2.967	128.197		
09/10/2013	2º	1	IPCA+ 5,1%	3.095	273.497		
10/10/2013	3º	1	IPCA+ 5,6%	1.752	144.640		
Custo de transação				(1.535)	(6.008)		
				41.046	540.326	35.619	33.340

Movimentação	2ª emissão	1ª emissão	2ª emissão	3ª emissão
Saldo em 31 de dezembro de 2012	68.959			
Captação		128.197	269.338	142.465
Amortização de principal	(33.330)			
Amortização de juros	(5.861)			
Encargos financeiros	4.999	2.967	7.254	3.927
Saldo em 31 de dezembro de 2013	34.767	131.164	276.592	146.392

Em 5 de agosto de 2008, a Companhia concluiu a emissão de uma debênture simples, indivisível e não conversível em ações pelo valor nominal de R\$ 100.000, a qual não possui cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (*covenants*) mínimos.

A Companhia teve um custo de transação incorrido no processo de captação de R\$ 436. Devido a sua baixa relevância foi apropriado ao resultado diretamente no ano de captação. Não houve obtenção de prêmios no processo de captação.

Em agosto de 2012 e de 2013, ocorreram amortizações de principal (33,33%) sendo que a última amortização de principal ocorrerá em agosto de 2014 com pagamento de 33,34%. Os pagamentos de juros serão feitos anualmente sem repactuação. Em agosto de 2012, foi efetuado o quarto pagamento de juros no valor de R\$ 11.840 e em agosto de 2013, o quinto pagamento de juros no montante de R\$ 5.861.

Em outubro de 2013, a Companhia emitiu as seguintes séries de debêntures não conversíveis em ações:

<u>Série</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>a de vencimento</u>	<u>Juros anuais</u>	<u>Quantidade/mil</u>	<u>Milhares de reais</u>
1ª	08/10/2013	15/09/2019	CDI + 0,9%	128.197	128.197
2ª	09/10/2013	15/09/2018	IPCA+ 5,1%	269.338	269.338
3ª	10/10/2013	15/09/2020	IPCA+ 5,6%	142.465	142.465
				<u>540.000</u>	<u>540.000</u>

O valor justo da debênture, conforme comentário da mensuração dos empréstimos e financiamentos acima, será igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto dado entre suas taxas de contrato e de repactuação não é significativo. O percentual de nossa dívida é 71,8% pós-fixada e 28,2% prefixada (2012 - 100,0% prefixada).

(c) Obrigações por arrendamentos financeiros

<u>Em moeda nacional</u>	<u>Pagamentos mensais com vencimento final em</u>	<u>2013</u>		<u>2012</u> <u>(Reapresentado)</u>	
		<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Licenças de <i>software</i>	2014	<u>1.068</u>		<u>1.268</u>	<u>1.068</u>
		<u>1.068</u>		<u>1.268</u>	<u>1.068</u>

Os pagamentos mínimos dos arrendamentos financeiros são os seguintes:

<u>Anos</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u> <u>(Reapresentado)</u>
Menos de um ano	1.370	1.540
Mais de um ano e menos de cinco anos		<u>1.432</u>
	<u>1.370</u>	<u>2.972</u>
Efeito de desconto	<u>(302)</u>	<u>(636)</u>
Valor presente das obrigações de arrendamento mercantil	<u>1.068</u>	<u>2.336</u>

(d) Notas Promissórias Comerciais

Em 15 de março de 2012, a Companhia concluiu a emissão de 150 Notas Promissórias Comerciais pelo valor unitário de R\$ 1.000.000,00, totalizando R\$ 150.000.000,00 com vencimento em 360 dias. Estas Notas Promissórias Comerciais não possuem cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (*covenants*) mínimos. Em março de 2013, a Companhia efetuou a amortização de principal e juros das 150 Notas Comerciais no valor unitário de R\$ 1.000.000,00.

Em 1º de março de 2013, a Companhia concluiu a emissão de 400 Notas Promissórias Comerciais pelo valor unitário de R\$ 1.000.000,00, totalizando R\$ 400.000.000,00 com vencimento em 270 dias. Estas Notas

Promissórias Comerciais não possuem cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (*covenants*) mínimos.

Em 16 de outubro de 2013 a Comgás fez o resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias emitidas em março do mesmo ano, no valor total de R\$ 420.220.118,26 (quatrocentos e vinte milhões, duzentos e vinte mil, cento e dezoito reais e vinte e seis centavos), incluindo principal e juros acumulados.

O valor justo da Nota Promissória Comercial, conforme comentário da mensuração dos empréstimos e financiamentos acima, será igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto dado entre suas taxas de contrato e de repactuação não é significativo.

21 Instrumentos financeiros derivativos

Valores reconhecidos em relação a instrumentos financeiros derivativos:

		2013		2012 (Reapresentado)	
Em moeda estrangeira	Encargos - %	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
EIB II - primeira liberação	94,34 do CDI	(2.423)	54.018	(3.220)	34.663
EIB II - segunda liberação	95,20 do CDI	(3.736)	27.315	(2.061)	16.488
EIB II - terceira liberação	88,47 do CDI	(8.121)	58.444	(5.124)	33.951
EIB II - quarta liberação	81,11 do CDI	(7.473)	58.259	(4.481)	34.009
HSBC	104,40 do CDI			6.423	
Itaú	109,50 do CDI			14.158	
Chartered	104,90 do CDI			19.667	
HSBC (Sumitomo) - Resolução nº 4.131	94,12 do CDI			15.173	
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	113,75 do CDI	(9.914)	28.037	(5.860)	6.657
TOKYO - Resolução nº 4.131	100,00 do CDI+0,6%	(6.790)	22.305		
BOFA - Resolução nº 4.131	100,00 CDI + 0,4%	(9.825)	9.436		
		(48.282)	257.814	34.675	125.768

		2013		2012 (Reapresentado)	
		Ponta ativa	Ponta passiva	Ponta ativa	Ponta passiva
EIB II - primeira liberação	204.847	(153.253)	184.718	(153.275)	
EIB II - segunda liberação	94.107	(70.528)	84.369	(69.942)	
EIB II - terceira liberação	161.684	(111.361)	140.495	(111.667)	
EIB II - quarta liberação	164.742	(113.955)	143.460	(113.933)	
HSBC			41.204	(34.781)	
Itaú			64.806	(50.648)	
Chartered			93.535	(73.868)	
HSBC (Sumitomo) - Resolução nº 4.131			103.517	(88.344)	
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	186.231	(168.109)	166.150	(165.353)	
TOKYO - Resolução nº 4.131	117.715	(102.201)			
BOFA - Resolução nº 4.131	116.430	(116.817)			
	1.045.756	(836.224)	1.022.254	(861.811)	

Como mencionado na gestão de riscos financeiros (Nota 5), a Companhia está exposta a taxas de juros e risco cambial. Todos os instrumentos derivativos são designados como de proteção em conformidade com as políticas da

Companhia de gestão de riscos.

Todos os instrumentos derivativos (*swaps*) são mensurados ao valor justo e os empréstimos objeto dos derivativos.

A administração avalia que na apuração feita, com base na análise de riscos e nas características das exposições mapeadas e dos instrumentos contratados para mitigação de riscos, em 31 de dezembro de 2013, os resultados das operações de derivativos serão substancialmente compensados por variações correspondentes nos itens protegidos.

Desta forma, a administração entende que as operações de instrumentos derivativos contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que possam gerar prejuízos materiais oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras formas de variação.

22 Fornecedores

A composição do saldo registrado na rubrica "Fornecedores" é a seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Fornecedores de gás/transporte	590.168	562.714
Fornecedores de materiais e serviços	<u>116.229</u>	<u>102.714</u>
	<u>706.397</u>	<u>665.428</u>

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural, nas seguintes condições:

- Contrato com a PETROBRAS na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2008, com vigência até dezembro de 2013, com quantidade diária contratada de 5,22 milhões de m³/dia, prorrogado até 31/05/2014.
- Contrato com a PETROBRAS na modalidade firme, com vigência até junho de 2019 e quantidade diária de gás boliviano contratada de 8,10 milhões de m³/dia.
- Dois contratos de gás do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT) com a PETROBRAS, para abastecimento de 3,06 milhões de m³/dia, sendo 2,76 milhões de m³/dia com a UTE-Fernando Gasparian com vigência em 31 de dezembro de 2013, prorrogado até 31/12/2014 e 0,3 milhões de m³/dia com a Corn Products com vigência em 31 de março de 2023.
- Em outubro de 2012 foi firmado um novo contrato de curto prazo para dar continuidade às ofertas de leilão, com vigência até 30 de setembro 2014. Cada CDL (Companhia de Distribuição Local) fará sua oferta de volume e preço. Todo mês poderá haver oferta de gás para 1 e/ou 3 meses (sazonalidade) como nível de *Take-or-pay* (TOP) 100%.
- Contrato de compra e venda de gás semanal (curtíssimo prazo) com a Petrobras, com vigência até 30 de setembro 2014, no qual a Comgás poderá adquirir gás através de plataforma eletrônica e cuja quantidade diária contratada varia de acordo com os pedidos realizados pela Comgás e aceitos pela Petrobras.
- Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade firme, com quantidade contratada de 18 milhões de m³/ano, iniciado em abril de 2008 com vigência até novembro de 2013, prorrogado até 28/02/2014.

Os contratos de suprimento de gás têm características específicas, como obrigações de retirada mínima de gás por parte da COMGÁS (*take or pay* para *commodity* e *ship or pay* para transporte), ou seja, caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o consumo e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato. Os montantes pagos foram reconhecidos na

rubrica "Transporte pago e não utilizado".

Os contratos de fornecimento de gás têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local e/ou americana. O custo do gás é praticado em R\$/m³, sendo o gás boliviano calculado em US\$/MMBTU, com correção mensal da variação cambial.

23 Partes relacionadas

(a) Acionistas

O saldo a receber referente a acionistas em 31 de dezembro de 2013 é o seguinte:

	2012 (Reapresentado)	Movimentação		2013
		Receitas	Recebimentos	
Shell Brasil S.A.	158	1.228	(1.255)	131
Shell Brasil Ltda.	1.776	20.531	(20.730)	1.577
	<u>1.934</u>	<u>21.759</u>	<u>(21.985)</u>	<u>1.708</u>

O saldo a pagar referente a acionistas em 31 de dezembro de 2013 é o seguinte:

	2012 (Reapresentado)	Movimentação		2013
		Despesas	Pagamentos	
Cosan S.A. Indústria e Comércio - controlador	1			1
Grupo Shell (CSA)	1.002	5.958	(975)	5.985
	<u>1.003</u>	<u>5.958</u>	<u>(975)</u>	<u>5.986</u>

Sobre o contrato CSA temos:

Grupo Shell

Commercial Services Agreement (CSA) - a Shell deixará a disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.

(b) Remuneração de administradores e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, no ano estão apresentadas a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Salários, incluindo remuneração variável	20.303	10.595
Encargos sociais	847	1.308
Benefícios, assistência médica e outros	629	255
Planos de pensão	<u>239</u>	<u>259</u>
	<u>22.018</u>	<u>12.417</u>

A Companhia não possuía benefícios de rescisão de contrato de trabalho no período findo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente.

24 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social - resultado

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	880.856	513.895
Alíquota - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal	<u>(299.491)</u>	<u>(174.724)</u>
Débitos/créditos permanentes		
Incentivos fiscais	5.442	7.924
Juros sobre capital próprio	38.241	24.142
Adições permanentes	(3.165)	(784)
Outros	<u>(2.972)</u>	<u>25</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social (corrente e diferida)	<u>(261.945)</u>	<u>(143.417)</u>
Taxa efetiva - %	<u>29,74</u>	<u>27,91</u>

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos - saldos (reapresentado)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício findo em 31 de dezembro, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Obrigação de benefícios de aposentadoria	Provisões	Perdas valor justo	Ativo/ (passivo) regulatório	ágio na incorporação	Outros	Total
Ativo de imposto diferido							
Em 31 de dezembro de 2012	98.954	46.506	29.475	129.503	844.141	(18.359)	1.130.220
Debitado (creditado) � demonstração do resultado	1.059	13.943	10.304	(11.275)		1.936	15.967
Perdas atuariais	(11.121)						(11.121)
Creditado na reserva especial de �gio					(140.690)		(140.690)
Em 31 de dezembro de 2013	88.892	60.449	39.779	118.228	703.451	(16.423)	994.376

	Ganhos de valor justo	Reavaliação de imóveis	Outros	Total
Passivo de imposto diferido				
Em 31 de dezembro de 2012	31.278	5.259	7.586	44.123
Debitado (creditado) � demonstração do resultado	6.843	(678)	(11.696)	(13.613)
Em 31 de dezembro de 2013	38.121	4.581	(4.110)	38.592
Líquido				955.784

O crédito relacionado à provisão de plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 25 a 30 anos e os créditos tributários sobre as demais diferenças temporárias têm prazo estimado de três a cinco anos.

A Administração avaliou os efeitos da MP 627, emitida em 11 de novembro de 2013 e concluiu que mesmo que não opte pela adoção antecipada desta, não haveria efeitos significativos nas Demonstrações Financeiras.

25 Provisão para contingências

	2012 (Reapresentado)	Atualizações ingressos	Baixa por uso	Baixa por reversão	2013
Trabalhistas	10.672	4.165	(966)		13.871
Cíveis	39.071	4.348	(1.139)	(289)	41.991
Fiscais	3.659	559	(1)		4.217
	<u>53.402</u>	<u>9.072</u>	<u>(2.106)</u>	<u>(289)</u>	<u>60.079</u>

	1º de janeiro de 2012	Atualizações Ingressos	Baixa por uso	Baixa por reversão	2012 (Reapresentado)
Trabalhistas	10.277	1.422	(786)	(241)	10.672
Cíveis	37.025	3.584	(987)	(551)	39.071
Fiscais	13.135	2.518	(1.560)	(10.434)	3.659
	<u>60.437</u>	<u>7.524</u>	<u>(3.333)</u>	<u>(11.226)</u>	<u>53.402</u>

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2013	2012 (Reapresentado)
Trabalhistas	1.031	394
Cíveis	40.644	28.128
Tributárias	163.328	96.837
	<u>205.003</u>	<u>125.359</u>

- (i) Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo remanescente de processos classificados como possíveis é de R\$ 1.031 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 394).
- (ii) Os processos cíveis são advindos do curso normal das atividades da Companhia, envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos de acidentes ocorridos na rede. Em 31 de dezembro de 2013, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$ 40.644 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 28.128), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.
- (iii) As contingências fiscais referem-se a autuações fiscais ocorridas em anos anteriores. Em 31 de dezembro de 2013, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$ 163.328 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 96.837).

de 2012 - R\$ 96.837), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

A administração da Companhia, embasada na posição de seus assessores jurídicos, entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir desembolsos de eventuais desfechos desfavoráveis desses processos.

26 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Conforme Assembleia Geral e Extraordinária em 11 de março de 2013, foi aprovado o aumento do limite do valor do capital autorizado da Companhia de R\$ 671.672 para de R\$ 1.200.000, sem emissão de novas ações, aumento este decorrente do valor excedente da conta de Reservas de Lucro. Na mesma data houve a consolidação do Estatuto Social da Companhia constando essa alteração.

O capital social integralizado passou a ser de R\$ 764.155 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 636.985), sem emissão de novas ações, representado por 93.910.898 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e 25.911.899 ações preferenciais sem valor nominal, e sua composição, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a que segue:

Quantidades de ações - milhares em 2013						
	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Cosan S.A. Indústria e Comércio	68.309	72,74	3.649	14,08	71.958	60,05
Integral Investments BV	14.212	15,13			14.212	11,86
MCAP POLAND Fundo Inv. em ações	20	0,02	10.848	41,86	10.868	9,07
Shell Brazil Holding BV	7.594	8,09			7.594	6,34
Skopos Master Fundo de Inv. em ações	1.107	1,18	961	3,71	2.068	1,73
Outros	2.669	2,84	10.454	40,35	13.123	10,95
	<u>93.911</u>	<u>100</u>	<u>25.912</u>	<u>100</u>	<u>119.823</u>	<u>100</u>

Quantidades de ações - milhares em 2012						
	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Cosan S.A. Indústria e Comércio	68.309	72,74	3.649	14,08	71.958	60,05
Integral Investments BV	14.212	15,13			14.212	11,86
MCAP POLAND Fundo Inv. em ações	71	0,08	10.439	40,29	10.510	8,77
Shell Brazil Holding BV	7.594	8,09			7.594	6,34
Skopos Master Fundo de Inv. em ações	940	1,00	555	2,14	1.495	1,25
Outros	2.785	2,96	11.269	43,49	14.054	11,73
	<u>93.911</u>	<u>100,00</u>	<u>25.912</u>	<u>100,00</u>	<u>119.823</u>	<u>100,00</u>

(b) Lucros acumulados

Em 1º de janeiro de 2012	
Lucro líquido do exercício	370.478
Juros sobre capital próprio 2012, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(71.007)
Transferência para reserva legal	(18.376)
Realização da reserva de reavaliação	873
Transferência para retenção de lucro	<u>(281.968)</u>
Em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	<u><u> </u></u>
Em 1º de janeiro de 2013	
Lucro líquido do exercício	618.911
Juros sobre capital próprio 2013, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(112.474)
Transferência para reserva legal	(31.011)
Realização da reserva de reavaliação	1.318
Transferência para retenção de lucro	(428.917)
Dividendos prescritos	809
Dividendos	<u>(48.636)</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u><u> </u></u>

(c) Dividendos

Aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social (artigo 36), é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária.

O Estatuto Social da COMGÁS (artigo 46) também determina que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito de juros sobre capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório.

Dividendos	
Lucro líquido do exercício	618.911
Movimentação de lucros acumulados	<u>1.318</u>
Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2013	<u>620.229</u>
Constituição da reserva legal (5%)	<u>31.011</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>589.218</u>
Dividendos mínimos 2013	<u>147.304</u>
Juros sobre capital próprio bruto	(112.474)
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	<u>13.805</u>
Juros sobre capital próprio líquido	<u>(98.669)</u>
Dividendos intermediários pagos	<u> </u>
Total dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos em 2013	<u><u> </u></u>
Total dos dividendos a destinar em dezembro de 2013	<u><u>48.636</u></u>

(d) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio deliberados em 2013 foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2013, a serem pagos em 2014, integrando tais valores ao montante de dividendos a serem distribuídos pela Companhia para todos os efeitos previstos na legislação societária.

Para atendimento às disposições de publicações societárias os juros sobre capital próprio foram contabilizados como "Despesa financeira", sendo revertido na própria rubrica para lucros acumulados por serem em essência distribuição de resultados, conforme preconiza a CVM e o CPC - "Pronunciamento Conceitual Básico".

(e) Destinação do saldo do resultado do exercício

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

Caberá a Assembleia Geral deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199.

(f) Reserva especial de ágio e reserva de capital a integralizar

Conforme deliberado pelos acionistas quando da aprovação do "Protocolo e Justificação de Incorporação, referente à incorporação da Provence pela Companhia de Gás de São Paulo - Comgás" na AGE realizada em 19 de dezembro de 2012, o valor do benefício fiscal auferido no exercício de 2013 foi de R\$ 140.690.

27 Obrigações com benefícios de aposentadoria

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica e aposentadoria incentivada, auxílio-doença e auxílio-deficiente estão registrados conforme Deliberação CVM nº 695.

A Companhia mantém com o Bradesco Vida e Previdência S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A parcela da Companhia nas contribuições no exercício de 2013 foi de R\$ 4.846 (R\$ 673 no exercício de 2012), reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, rubrica "Despesas gerais e administrativas". O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

Conforme laudo atuarial datado de 31 de dezembro de 2013, utilizamos as seguintes premissas:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Taxa de desconto	12,36	9,46
Taxa de inflação	5,5	5,5
Retorno esperado sobre os ativos do plano	12,36	9,46
Aumentos salariais futuros	8,66	8,66
Aumentos de planos de pensão futuros	5,5	5,5
Morbidade (<i>aging factor</i>)	3	3
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-1984	UP-1984
Rotatividade	mpo de serviço + 1)	mpo de serviço + 1)

O plano de Benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de dezembro de 2013 a mudança na taxa de desconto é:

<u>Mudança na premissa - %</u>	<u>Impacto no passivo total</u>
Aumento de 0,5	(14.917)
Redução de 0,5	16.427

A composição do saldo relativo ao passivo atuarial está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Valor das obrigações atuariais	274.433	297.772
Valor justo dos ativos do plano	(7.191)	(6.731)
Passivo atuarial líquido	<u>267.242</u>	<u>291.041</u>

A movimentação do passivo atuarial no período findo em 31 de dezembro de 2012 e 2013 está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Passivo atuarial líquido em 1º de janeiro	291.041	204.718
Despesa no exercício	27.700	20.828
Contribuições do empregador	(14.969)	(10.179)
Ganho/Perda atuarial reconhecida em outros resultados abrangentes	<u>(36.530)</u>	<u>75.674</u>
Passivo atuarial líquido	<u>267.242</u>	<u>291.041</u>

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata em outros resultados abrangentes.

As despesas reconhecidas ao resultado do período findo em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	824	508
Juros sobre obrigação atuarial	27.512	20.956
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(636)</u>	<u>(636)</u>
Despesas	<u>27.700</u>	<u>20.828</u>

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na Nota 24(b) "Impostos de renda e contribuição social diferidos", no grupo "Não circulante".

28 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio. A agência reguladora "ARSESP" determina as tarifas pelos diversos segmentos de negócio. A Companhia não efetua análises de ativos por segmento para gestão dos negócios. Por fim, a definição de unidade geradora de caixa, representando o menor ativo em uso que gera entradas de caixa, no contexto da Companhia não pode ser segregada por segmento, pois a mesma tubulação distribui gás para consumidores de segmentos diferentes.

A composição da margem por segmento é a seguinte:

Margem por segmento - 1ª de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013

[illegible]

[illegible]

29 Receita

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Vendas brutas de produtos e serviços	7.757.365	6.519.841
Impostos sobre vendas	<u>(1.420.724)</u>	<u>(1.240.318)</u>
Receita líquida	<u>6.336.641</u>	<u>5.279.523</u>

30 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do período por função. Conforme requerido pelo CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Despesas com pessoal	186.522	167.630
Despesas com materiais/serviços	247.328	253.019
Outras (receitas)/ despesas operacionais	(57.031)	9.450
Amortização	<u>331.388</u>	<u>290.008</u>
Despesas por natureza	<u>708.208</u>	<u>720.107</u>

31 Receitas e despesas financeiras

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Despesas financeiras		
Juros empréstimos/financiamentos/debêntures	(191.060)	(177.907)
Comissões/despesas bancárias	(19.895)	(23.690)
Capitalização de juros	25.283	22.646
Juros CVM nº 695 - benefício pós-emprego	(27.497)	(21.464)
Ajuste valor a mercado	(2.348)	
Outras	<u>(5.522)</u>	<u>(2.776)</u>
	<u>(221.039)</u>	<u>(203.191)</u>
Variações monetárias líquidas		
Empréstimos e financiamentos	(14.852)	(730)
Variações monetárias ativas	1.125	42
Variações monetárias passivas	<u>(6.139)</u>	<u>(5.613)</u>
	<u>(19.866)</u>	<u>(6.301)</u>
Receitas financeiras		
Encargos moratórios de clientes	16.499	16.588
Receitas de aplicações financeiras	30.769	12.226
Juros	2.559	641
Ajuste valor a mercado		15.077
Outras	<u>73</u>	<u>1.310</u>
	<u>49.900</u>	<u>45.842</u>
	<u>(191.005)</u>	<u>(163.650)</u>

32 Resultado por ação

Não há ações potenciais com efeitos diluidores, portanto não há diferença entre o lucro básico ou diluído por ação.

	<u>2013</u>			<u>2012</u> (Reapresentado)		
	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>
Lucro líquido do período	<u>144.109</u>	<u>474.802</u>	<u>618.911</u>	<u>86.263</u>	<u>284.215</u>	<u>370.478</u>
Quantidade de ações (milhares)	<u>25.912</u>	<u>93.911</u>	<u>119.823</u>	<u>25.912</u>	<u>93.911</u>	<u>119.823</u>
Resultado por ação - R\$	<u>5,56</u>	<u>5,06</u>	<u>5,16</u>	<u>3,33</u>	<u>3,03</u>	<u>3,09</u>

33 Seguros

As principais coberturas de seguros, efetuadas de acordo com a natureza e o grau de risco contra eventuais perdas de patrimônio da Companhia, são as seguintes:

<u>Risco</u>	<u>Cobertura</u> (Não auditado)
Risco operacional	102.000
Responsabilidade civil	159.000

34 Compromissos assumidos

(a) Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias

Os compromissos para aquisição de intangível no montante de R\$ 23.687 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 17.911 em 31 de dezembro de 2012) são referentes a gastos já contratados e ainda não incorridos relacionados a aquisição, suporte e administração da rede de distribuição de gás, bem como a gastos administrativos e de tecnologia para a manutenção do negócio da Companhia.

Os compromissos regulatórios no montante de R\$ 425 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.051.942 em 31 de dezembro de 2012) foram definidos na última revisão tarifária, em maio de 2009, como base no plano de investimento definido pelo regulador, estão previstos para ocorrer até maio de 2014, final do ciclo tarifário atual.

(b) Compromissos com contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui 15 contratos de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o período findo nessa data totalizaram R\$ 5.741 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 6.196).

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Obrigações brutas de arrendamento - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	4.799	1.860
Mais de um ano e menos de cinco anos	9.413	526
Mais de cinco anos	<u>0</u>	<u>0</u>
	<u>14.212</u>	<u>2.386</u>